

TRANSLADO: o lado trans e travesti da prostituição**TRANSLADO: the prostitution's trans and transvestite side**Julia Luiza Bento Pereira¹**Resumo**

O presente artigo pretende analisar a relevância da linguagem nos processos sociais de dominação e transformação, tomando como objeto de análise a obra literária *Translado: narrativas trans. da Av. Pedro II* (2018). O livro registra um projeto que buscou, através da arte, resgatar memória, território e identidade de travestis e mulheres trans. da Av. Pedro II em Belo Horizonte, Minas Gerais. Assim, através de materialidades significativas diversas – em forma de oficinas – emergiram narrativas de vivências, posições e práticas de resistência aos discursos de consenso produzidas pelas próprias travestis e mulheres trans. Para tanto, buscou-se tratar a temática de gênero com base nos estudos de Judith Butler, em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2012); sobre a questão do discurso, embasamo-nos em *A ordem do discurso* (1996) de Foucault e no aporte de Gérard Genette sobre *Paratextos Editoriais* (2018); e, por fim, a respeito de política e resistência, *Putafeminista* (2018), de Monique Prada corrobora com a pesquisa na medida em que aponta as problemáticas em torno do exercício da prostituição no Brasil. Destarte, foi possível confirmar a importância da linguagem – seja ela literária, artística, corporal – nas relações e interpelações e concluir que esta está intrinsecamente amarrada às tramas sociais.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Resistência. Travesti. Transexual**Abstract**

In this article, we intend to present an analysis of the relevance of language in the social processes of domination and transformation. The literary work *Translado: narrativas trans. da Av. Pedro II* (2018). The book brings the records of a project that have the intention, through art, to rescue the memory, territory and identity of transvestites and trans women of Pedro II Avenue in Belo Horizonte, Minas Gerais. By use of diverse significant materialities - in the form of workshops - narratives of experiences, positions and practices of resistance to the consensus discourses produced by the transvestites and trans women themselves emerged. We sought to address the gender theme based on the studies of Judith Butler, in *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity* (2012). In what concerns with the question of discourse, we are based on Foucault's *The Order of Discourse* (1996) and Gérard Genette's contribution on *Editorial Paratexts* (2018). Lastly, about regarding politics and resistance, *Putafeminista* (2018), by Monique Prada corroborates the research as it points out the problems surrounding the exercise of prostitution in Brazil. As a main result, it was possible to confirm the importance of language, whether literary, artistic, corporal, in relationships and questions and conclude that it is intrinsically tied to social plots.

Keywords: Gender. Discourse. Resistance. Transvestite. Transsexual**Recebido em:** 15/03/2020.**Aceito em:** 11/11/2020.

¹ Doutoranda em Letras na Universidade Federal Juiz de Fora e professora de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Minas Gerias - Campus Congonhas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2582-7111>.

Introdução

O conjunto de narrativas trans que compõe a obra *Translado: narrativas trans*. Da Av. Pedro II (2018) toma forma por meio de um projeto coordenado pelo publicitário e pesquisador Tomás German, integrado ainda por Afonso Scliar, José Henrique Pires Azevedo, Bárbara Macedo e Caio Paranhos. Oficinas realizadas com travestis e transexuais que se prostituem em casas e pensões na avenida Pedro II, em Belo Horizonte, Minas Gerais, deram origem aos relatos e conversas publicadas: “Elas são as autoras desse livro, que relataram suas histórias e ainda produziram algumas imagens que ilustram esta publicação” (GERMAN et al., 2018, p. 4). Os idealizadores e equipe do projeto realizaram encontros em formato de oficinas temáticas, de acordo com três eixos propostos – identidades, memórias e territórios –, e as narrativas foram selecionadas em conjunto com as participantes, transcritas e adaptadas para a modalidade escrita da língua.

Desse modo, o artigo, aqui apresentado, busca elencar os pilares que sustentaram as abordagens do projeto – subintitulados sequencialmente – a fim de identificar, a partir deles, as questões de gênero, discurso e resistência que perpassam as vidas trans e travestis prostitutas.

Identidade: identificações de gênero e processos de interpelação

Somos “meninos” ou “meninas” desde muito cedo, não “por natureza”, mas porque essa distinção é fundante na nossa cultura e na nossa língua. Para falarmos de nós mesmos e nos entendermos como as pessoas que sentimos ser dentro de nós, precisamos recorrer às marcas de gênero disponíveis na língua e nos demais regimes de representação que nos cercam e constituem; precisamos em algum momento sermos “ele” ou “ela”, ainda que, depois, queiramos ser ambos ou ser nada.

Jean Wyllys

Conforme afirma Jean Wyllys, na epígrafe supracitada, é cultural que as identificações de gênero e sexualidade sejam tratadas de forma binária por parte considerável da sociedade – e, aqui, enfatizamos a sociedade brasileira contemporânea. Mediante o processo de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso, os termos utilizados para o auto relato, a fim de se fazer inteligível para si próprio e para o outro não são cunhados por ele mesmo. Tais designações possuem caráter social e firmam normas cerceando uma possível liberdade e instituindo substituíbilidades através das quais todas as histórias são contadas (BUTLER, 2015, p. 33).

Nesse prisma, entendendo que a identidade é um efeito de práticas discursivas estabelecidas ao longo de um processo histórico complexo e contraditório, a sexualidade, por sua vez, “sempre é construída nos termos do discurso e do poder, sendo o poder em parte entendido em termos das convenções culturais heterossexuais e fáticas” (BUTLER, 2012, p. 55). Assim sendo, dentro de uma sociedade que toma a heteronormatividade e o moralismo religioso como discurso dominante, trans e travestis prostitutas são duplamente

estigmatizadas. Erving Goffman, ao tratar da questão do estigma, elenca essas duas identidades entre as que se agrupam na subcomunidade de desviantes sociais, ao lado de viciados em drogas, delinquentes, criminosos, músicos, boêmios, ciganos, parasitas, vagabundos, gigolôs, artistas de show, jogadores, malandros das praias e mendigos. (GOFFMAN, 1963).

O projeto translado dá voz a esses sujeitos duas vezes rejeitados socialmente, considerados, nos termos de Goffman, “engajados numa espécie de negação coletiva da ordem social” (GOFFMAN, 1963, p. 155). Por mais que o livro do antropólogo canadense tenha sido publicado há quase sessenta anos, sabe-se que muitos desses grupos continuam sendo perseguidos e percebidos como incapazes, desrespeitosos e imorais, representantes de uma verdadeira ameaça aos padrões sociais.

Atualmente, com a abrangência da tecnologia e o grande alcance das redes sociais, muitos grupos minoritários têm reivindicado seu espaço na tessitura da sociedade e, através de lutas, conquistado alguns direitos e visibilidade. Com tudo isso, essas minorias ainda encontram grande resistência social, por fugirem aos arquétipos dominantes. O ambiente da prostituição, ainda muito estigmatizado socialmente, abriga identidades trans e travestis, rejeitadas pela sociedade patriarcal. Exercer essa atividade, para muitas delas, não é uma escolha, mas sim, um ato de sobrevivência, uma vez que, em geral, são privadas de espaço no mercado de trabalho formal. Ademais, ao assumirem publicamente a identidade de gênero, encontram resistência, senão, rejeição por parte da família. Esses e outros impasses, enfrentados por tais indivíduos, potencializam-se no âmbito da travestilidade, como aponta Amara Moira, travesti putafeminista², doutora em crítica literária pela Unicamp:

Se perguntarmos a travestis o que elas são, a resposta pode variar entre: 1) “sou mulher, né?”; 2) “ah, nasceu com pênis é homem, não tem o que fazer” e 3) “nem mulher, nem homem, sou travesti”. Se fôssemos nos basear no que dizem, no que são capazes de dizer sobre si, seria impossível pensar maneira de localizá-las na sociedade, de definir-lhes um papel. Essa variação se dá, dentre outros motivos, porque não se cria ninguém, desde o berço, para ser travesti: o “não se nasce, torna-se” da Beauvoir assume um sentido todo particular em se tratando dessa categoria, pois não existe a opção “nascer” para nós, mas tão-somente a opção “tornar-se”. Faz diferença a travesti dizer-se “homem” ou dizer-se “mulher” diante das tantas violências a que estará sujeita? Deixará em algum dos casos de ser expulsa de casa, da escola, de ver as portas do mercado formal se fecharem, de encontrar na prostituição mais precária a quase que única possibilidade de subsistência, de ser brutalmente objetificada nas ruas, de ter sua expectativa de vida girando ao redor dos trinta e cinco anos? Não importa o que ela diga, nada será tão eloquente quanto o seu corpo em transmitir a mensagem do que ela é, do que ela não pode deixar de ser (MOIRA, 2017, p. 370).

Consoante Butler (2012, p. 39), “certos tipos de “identidade de gênero” parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformarem (sic) às normas da inteligibilidade cultural”. Contudo, para ela, é sua persistência e proliferação que oportuniza revelar delimitações e objetivos reguladores da matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível; afinal, assim “a própria noção de “pessoa” se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres

² O conceito de “putafeminismo” será apresentado na terceira seção do presente artigo, diante da discussão empreendida a partir do livro de Monique Prada que justamente evidencia esse movimento em ascensão.

cujo gênero é “incoerente” ou “descontínuo”, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas” (BUTLER, 2012, p. 38). Segundo esse ideal normativo, certos tipos de “identidade” não podem “existir” – aquelas em que o gênero não decorre do que é esperado para o sexo e/ou em que as práticas do desejo não advêm do sexo ou do gênero (BUTLER, 2012, p. 39). Ou seja, através de oposições assimétricas entre feminino e masculino institui-se uma espécie de heterossexualização do desejo. Nessa perspectiva, até mesmo corpos dissidentes e não-binários se veem em busca de uma certa padronização corporal oprimidos por essa lógica.

Lívia: [...] E eu também tava com essa vontade de ser trans, então estava nessa transição. Aí eu fui... e tipo, com 22 eu vim aqui pra BH. Foi justamente por isso, pra colocar o silicone. “Aí eu preciso de ir pra colocar meu silicone, pra eu virar uma travesti de verdade”. Porque na sua cabeça você só é uma travesti depois que você coloca o silicone. Não tem nada a ver. Entendeu? Mas na sua cabeça é isso. Tem aquela cobrança também. “Aí, mas quando você vai colocar silicone?”. Principalmente as que têm. “Quando é que cê vai colocar?”, “nossa, você não vai colocar seu peito?”. Igual quando eu morava na Anyky, eu ganhava muito dinheiro. E todas, “nossa menina, mas você sai com tanto cliente, você ganha tanto dinheiro, quando é que você vai colocar seu peito? Você não vai colocar peito não?”. Então era desse jeito. Então você ficava naquela coisa, naquela cobrança não só por você, mas pelas outras que ficam falando. “Aí você é um viadinho! Porque você não tem peito você é um viadinho. Você só é travesti depois que cê coloca silicone.” Tipo num conta seu caráter que condiz com um de uma menina ou de uma travesti, o que conta é você ter o peito. Você pode ser um macho nas suas atitudes, mas se você tiver um peito você é uma travesti. E é complicado. Então tipo assim, quando eu vim pra cá, pelo menos, foi com essa intenção de colocar silicone (GERMAN et al., 2018, p. 52, grifo meu).

No excerto transcrito acima, o discurso permeado por conceitos reguladores que governam a noção de identidade de gênero é sintomático. Lívia alega que “ser uma travesti de verdade” passa pela necessidade, quase compulsória, de implantar uma prótese de silicone nos seios. Ela afirma ser essa uma condição exigida pela sociedade – nota-se pelas reiteradas menções às cobranças externas sobre o implante – e, portanto, inerente ao desejo da travesti, quando relata que há uma exigência introjetada: “na sua cabeça você só é uma travesti depois que você coloca o silicone”.

Também nesse relato, observamos que, enquanto a travesti não implantasse próteses de silicone, era taxada como “viadinho”. Ainda que fugindo ao padrão normativo mencionado alhures, por se tratarem de sexualidades dissidentes, o discurso perpetuado por esse grupo, aqui, na pessoa de Lívia, aparece contaminado pelos conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, ao passo que características físicas atribuídas ao gênero feminino – no caso, os seios – são tomadas como exigência para que as travestis sejam lidas e respeitadas como tais. Ela, contudo, questiona essa visão, colocando – como é possível ler no último trecho em destaque – a estranheza que lhe causa atributos físicos serem mais importantes, senão, indispensáveis, que predicados pessoais na percepção da identidade de gênero. Todavia, ela toma como exemplo parâmetros binários para ressaltar esse conflito, quando menciona “as atitudes de macho”, por exemplo.

E, finalmente, ainda que possuindo opiniões formadas sobre esse impasse, a travesti cede à imposição do discurso dominador: “Não há criação de si fora de um modo de subjetivação e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir” (BUTLER, 2015, p. 29). Destarte, práticas reguladoras instauram a ideia da “verdade do sexo” – conforme denominada por Foucault – gerando identidades pressupostamente coerentes dentro de uma matriz de gênero instituída pela norma. Partindo dessa premissa, ao contrário dos gêneros “inteligíveis” – aqueles que, em certa medida, instauram e perpetuam algum sincretismo entre sexo, gênero, prática sexual e desejo – os espectros descontínuos e incoerentes são proibidos e produzidos pelas mesmas leis, ou seja, concebíveis em oposição à continuidade e coerência do normativo (BUTLER, 2012, p. 38).

Poliana: Identidade de gênero. Você sabe o que é? Nem sabe né?

Lívia: Não, não sei. Eu sou hétero.

[risos]

Alana: Eu sou heteronormativa. (GERMAN et al., 2018, p. 9).

Nesse breve diálogo é possível perceber que as travestis, ao discutir sobre identidade de gênero, por mais que sejam identidades alheias ao padrão vigente, reproduzem práticas discursivas estabelecidas dentro do complexo processo histórico construído através de discursos de poder, culturalmente heterossexuais e falocêntricos. Quando interpelada, Lívia, afirma não saber o que é identidade de gênero, em seguida, se autodenomina “hétero”, enquanto Alana se descreve “heteronormativa”, designações referentes não à identidade de gênero, mas à sexualidade. No tocante ao reconhecimento, Judith Butler indaga em que medida ao reivindicá-lo, pode-se estar perpetuando a violência de um prévio enquadramento, já que o reconhecimento se dá a partir dele. Ou seja, sendo o regime de verdade aquele que debela a subjetivação, questioná-lo é pôr em xeque a própria verdade, e, efetivamente a capacidade de dizer a verdade sobre si, relatar-se (BUTLER, 2015, p. 35).

Memória: constituição discursiva e imaginário social

[...] o problema é que há uma cisnormatividade extremamente violenta e ideologicamente hegemônica que reduz os corpos no discurso biologizante, um discurso genitalizante, e por isso falacioso, porque o ser humano não é composto só por um genital. Também é interessante questionar o significado que a nossa cultura dá para essas genitálias. [...] o tornar-se trans tem um contorno político, subversivo, de desconstruir por inteiro as regras sociais, porque os nossos corpos rasuram esse binarismo violento que quer colocar os corpos em duas caixas que não só reduzem, mas violentam-nos. Então, a partir do momento em que a gente tem o empoderamento, no sentido de subverter

completamente a lógica social, e mostrar que essa narrativa hegemônica é uma narrativa falaciosa, que não dá conta da realidade. Quando nós reconhecemos isso, de fato a gente se torna transexual. O transexual passa pelo entendimento de que a narrativa hegemônica é uma narrativa mentirosa.

Duda Salabert

Os paratextos, no livro *Translado*, são indispensáveis para a compreensão do todo da obra. Portanto, é importante tecer algumas considerações a respeito. O crítico literário francês, Gérard Genette discorre sobre as relações transtextuais, em *Paratextos editoriais* (2018). O teórico, amparado pelo conceito que denomina paratextualidade ou, ainda, transcendência textual, entende que a trama textual liga-se fortemente às construções adjacentes a ela, que, ao enredarem-no, auxiliam na criação de sentidos. Em consonância com o autor, essas estruturas constituem-se tanto enquanto produções verbais, como não-verbais (GENETTE, 2018, p. 9). Nessa esteira, capas, contracapas, imagens, cores, dentre outras propostas, integram o constructo da obra.

A capa do livro em estudo possui as cores azul e rosa em evidência, além do branco, que sombreia dois corpos. O título está centralizado em rosa e a palavra é dividida: “trans” acima de “lado”. A contracapa – juntamente com a orelha – também possui o fundo azul e branco; em rosa, estão dispostos, separados por vírgulas, os nomes e sobrenomes das personagens da obra. As páginas também se intercalam entre esses três tons, mantendo o destaque para os dois primeiros. A esse respeito é importante destacar que, tradicionalmente, essas duas cores são popularmente atribuídas aos sexos masculino – azul – e feminino – rosa. Ademais, a bandeira Trans é composta exatamente pelas cores azul, rosa e branco, possivelmente, a motivação da escolha, tendo em vista a temática da obra. Destarte, podemos constatar que, desde a seleção da paleta de cores, os paratextos do livro não são selecionados de forma gratuita.

O processo de constituição discursiva do sujeito, passa por essa formação que permeia o imaginário social. As fotografias que compõem o todo da obra, em geral, retratam o cotidiano, bem como o ambiente de convívio das trabalhadoras sexuais. Não se tratam de imagens profissionais, uma vez que foram elas próprias que produziram os registros visuais. Há várias “selfies” – fotografias de rosto que elas tiraram de si mesmas – e algumas fotos nas quais posam umas para as outras em trajes íntimos. Além dessas, há imagens de locais e seres, como escada, varanda, mesa, quarto, gato, roupas, plantas, área externa, ambientes que aparentam ser domésticos, privados; de modo oposto, há alguns, como fachada, rua, esquina, ou seja, locais públicos.

Devido ao fato de o livro ter sido impresso em tons róseos e azuis, é difícil divisar algumas imagens em profundidade, como a da página 41, que retrata uma das garotas com o que parece ser uma touca na cabeça, sentada de pernas cruzadas numa calçada, ao lado de postes. Não é possível constatar se o local é bem iluminado; parece ermo e ela aparenta estar tranquila. À primeira vista, não seria notada como alguém que está à procura de um programa sexual, uma vez que a indumentária e a performance fazem parte do jogo de sedução na busca de clientes; diferentemente dessa, se apresenta a fotografia disposta na página 103, a qual, já num primeiro olhar, sugere sexualidade, uma vez que a travesti retratada está com trajes curtos, olhos fechados, boca aberta, abraçando o poste em uma pose sensual. É importante destacar que esta segunda imagem tem mais nitidez que a

primeira.

Outra característica atípica que o livro apresenta são trechos das memórias em destaque no decorrer das páginas, por exemplo: há um relato que ocupa toda a página 20, no qual Lívia narra sua infância: “Desde pequenininho eu sempre fui muito afeminada, usava vestido, passava maquiagem da minha mãe [...] Eu não fui aquela coisa, choque. Tanto que minha mãe sempre falou pro meu pai, ‘ele é diferente!’” (GERMAN et al., 2018, p. 20). Como se pode notar, nesse recorte, Lívia busca enfatizar o fato de, apresentar, já na tenra idade, uma dissidência em relação à questão de gênero. Destarte, conta que a própria mãe alertava seu pai afirmando “ele é diferente”. Essa última expressão está centralizada na página, com outra fonte e tamanho de letra, de modo que alcança a atenção do leitor antes do texto. O efeito de sentido produzido é que não há uma identidade de gênero para cada sexo, essa contiguidade é uma construção social.

Seguindo a proposta ora elucidada, estão distribuídos e arranjados muitos elementos gráficos ao longo da obra, ou seja, em forma de fragmentos realçados da narrativa. Em direções várias, alguns com a sentença invertida, com as letras sem espaçamento, mas a maioria, redigidos de forma legível e no sentido padrão da escrita (da esquerda para a direita). Como o supracitado, há muitos outros trechos com as mesmas propriedades. Sobretudo, buscamos enumerar os seguintes: “humilhação” (2018, p. 11); “é terrível” (2018, p. 13); “se a gente é descartável pra eles que eles sejam pra gente também” (2018, p. 38) “falta de respeito” (2018, p. 39); “Pegar uma AIDS por causa de 40 reais?” (2018, p. 46); “não tem vida” (2018, p. 48); “sobreviver mulher” (2018, p. 59); “não existe abrigo” (2018, p. 65); “não querem dar emprego pra transexual” (2018, p. 95); “difícil” (2018, p. 99). De certa forma, os trechos mencionados possuem um mesmo fundo semântico, na medida em que reiteram as dificuldades vivenciadas pelas narradoras, devido ao fato de serem, além de prostitutas, travestis e transexuais. A temática da exclusão social é recorrente nos fragmentos: quando não enfrentam a invisibilidade delegada às minorias marginalizadas, encaram o preconceito e a precarização de direitos.

Em *A ordem do discurso* (1996), Foucault fala sobre os procedimentos de controle e delimitação do discurso:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala [...] (FOUCAULT, 1996, p. 9, grifos do autor).

Para entendermos o que Foucault denomina por “interdição” é preciso considerar algo mais que o fato de os trechos elencados reforçarem a repulsa social vivenciada pelas travestis e transexuais trabalhadoras do sexo. A interdição passa pelas relações de poder. Assim sendo, entendemos a publicação de *Translado*, a execução e divulgação desse projeto como um signo de resistência, ancorados na reflexão foucaultiana: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10). Realizar um projeto que resgata memórias, reforça a identidade e dá visibilidade a narrativas trans e travestis através de linguagens literárias, fotográficas e artísticas é, para além de dar voz, buscar expor os elementos de exclusão que circundam as existências desses indivíduos desde que dão os primeiros sinais de que fogem aos padrões heteronormativos.

Consoante o filósofo, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). O discurso dominante acaba sendo reproduzido pelos indivíduos partícipes do projeto em alguns momentos. No primeiro extrato analisado na seção anterior, expressões como “travesti de verdade”, “viadinho” e “ser um macho nas suas atitudes” reforçam estereótipos produzidos pela noção engessada de gênero.

Lívia: Eu tenho vários clientes que são crossdressers. Casado, mas gosta de vestir calcinha. Colocar salto.

Alana: O problema é quando eles querem pegar as crossdressers!

[...]

Lívia: O bofe tinha um babado desse tamanho, uma delícia! Um tesão! Colocou meu maio (sic). E foi, tipo assim... só que ele é feminina. Mas a neca desse tamanho! Toda feminina! É uó! Né, o bofe tinha um babado imenso, um tesão, todo musculoso e com meu maio! Eu olhava pra ele... “Nossa”... (GERMAN et al., 2018, p. 43, grifos do autor).

No diálogo transcrito, Lívia e Alana ironizam clientes que buscam travestis e transexuais, sendo que, também eles são efeminados e, alguns, crossdressers. É nesse sentido que a análise da obra permite perceber que os problemas de gênero – para usar o título do livro de Butler, que embasa teoricamente esse artigo – somam contradições instituídas desde os processos de produção de sentido e do sujeito, os quais endossam um imaginário social binário e religioso instituído. Por outro lado, é a partir desse mesmo sistema que é possível deslocar definições e buscar novos meios de subjetivação.

Território: espaços e práticas de resistência

Então, estamos em um momento em que estamos passando por uma perda de direitos. Os movimentos sociais que fizeram suas lutas, há décadas atrás para que nós conseguíssemos direitos, hoje esses direitos estão sendo retirados, então vamos ter que refazer essas lutas, ou resistir para que não percamos, pois estamos perdendo muito. [...] Os direitos LGBT já foram rifados há muito tempo. Na verdade que direitos, né? Porque não tínhamos direitos. Estávamos começando a pautar a criação desses direitos quando tivemos a própria pasta LGBT rifada.

Indianare Siqueira

Como já foi discutido em outros momentos no presente estudo, tratamos aqui de sujeitos duas vezes excluídos socialmente, por carregarem o estigma da prostituição e da

travestilidade/transexualidade. Monique Prada, escritora e putafeminista³, explica que uma das causas para que muitas mulheres exerçam a prostituição – a despeito dos riscos e estigmatizações – consiste no fato de o trabalho sexual, dentre as atividades informais, estar entre as que melhor remuneram as mulheres, ainda que estas possuam pouca qualificação ou escolaridade. Portanto, a ativista reivindica que, ao contrário do que pregam certas vertentes do feminismo, é possível buscar políticas públicas e mudanças que garantam melhores opções para as mulheres e, ao mesmo tempo, defender que seja exercido menos precariamente o trabalho sexual, uma vez que é uma realidade o fato de que através dele sustentam-se muitas trabalhadoras, bem como suas famílias.

Prada pondera ainda que, quando se trata de mulheres trans e travestis, a situação é ainda mais conflituosa, afinal muitas são rejeitadas, expulsas de casa pelas suas famílias ainda adolescentes e descartadas pelo mercado de trabalho formal. Assim, entre essas mulheres, a prostituição é quase sempre compulsória, de modo que, para algumas, acaba se tornando o espaço primeiro de construção de afetos e de reconhecimento de identidade, onde “seus corpos são aceitos e não é necessário existir legislação específica para que tenham seu nome social e gênero respeitados” (MOIRA apud PRADA, 2018, p. 60).

Evellyn: Ai (sic) comecei a fazer programa, comecei a me prostituir escondida da família até. Fui pegando gosto até o dia que eu me assumi mesmo pra minha família. Até no começo foi bem difícil, porque minha família não aceitava. Eu ficava vestida de mulher dentro de casa e tinha que ser só na rua. Quando eu saía... Ai quando eu comecei a fazer programa fui fazendo a transição. Fui mudando totalmente e foi bem difícil. Principalmente na parte com meu pai. Meu pai não converso com ele até hoje. Isso já tem o quê? Uns 10 anos que eu e meu pai, a gente não conversa. Ele está casado com outra mulher, ele tem outra família, outros filhos e eu continuo até hoje assim, como se diz, como acompanhante, fazendo programa. E é isso que vocês já sabem, o sofrimento todo, a rua, dia após dia. Até quem sabe a sociedade abrir portas pra gente poder fazer outros tipos de coisa. Igual como gay eu tenho experiência em outras áreas, mas como trans não adianta de nada minha experiência, por que...

Nycole: Quais áreas seriam?

Evellyn: Já trabalhei em restaurante, já trabalhei como recepcionista, trabalhei no Mc Donald's, trabalhei como técnica de informática de lan house. Só que não adianta de nada. Você pode tá com um currículo extenso num lugar como trans, que quando vê seu nome, vê sua aparência sempre vai ter uma restrição, um preconceito (sic) (GERMAN et al., 2018, p. 52, grifo nosso).

O diálogo transcrito, entre Evellyn e Nycole, apresenta um exemplo dos inúmeros conflitos descritos por Prada: o desprezo familiar, o preconceito social, o ingresso compulsório na prostituição. Todas essas questões são ainda mais candentes quando as estatísticas revelam o Brasil como campeão mundial de assassinatos de travestis e

³ Nas palavras da própria escritora: “Eu entendo que o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o putafeminismo pode também ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela” (PRADA, 2018, p. 37).

transexuais, além de outro dado alarmante: “mais da metade das mulheres trans assassinadas entre 2008 e 2016 no Brasil exercia a prostituição. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 90% das mulheres trans e travestis exercem a prostituição” (PRADA, 2018, p. 60).

Brenda: A vida da transsexual se resume no seguinte: infelizmente a transsexual que não tem oportunidade de emprego, que foi lançada pela sociedade, que a gente é jogada pela sociedade como se fosse uma enxurrada mesmo, pelos cantos, pelos bueiros. Então nós não temos oportunidade de trabalho, uma carteira assinada, nós não temos o INPS, nós não temos nada de uma vida normal. Se a gente não tem: um INPS, uma carteira assinada, a gente não tem um trabalho normal, como todo cidadão tem, de levantar sete da manhã, ter seu horário de almoço, de chegar às cinco da tarde em casa, é sinal também de que a gente não vive, não tem uma vida normal, a gente não é uma pessoa normal. A gente tem uma vida completamente diferente de outros seres humanos. A nossa vida, infelizmente, a que a sociedade nos empurrou, pela falta de emprego, pela falta de oportunidade, é ser prostituta. Então a vida da prostituta – não é só da transsexual, mas porque toda transsexual que cê pode observar, são poucas que não se prostitui. São pouquíssimas pessoas que sabem como é a vida de uma transsexual de verdade, que precisa se prostituir para viver. Infelizmente durante o dia não somos nada, não somos ninguém, não temos vida ativa. Não sabemos o que é ir pra uma academia. Não sabemos o que é ir para uma aula de natação, ir para um curso, um shopping. Vai obrigada! Para você ir num shopping não é igualzinho a gente decidir, “oi gente (sic), vamos no shopping depois do almoço?” Não é isso! (sic) ⁴(GERMAN et al., 2018, p. 32-33, grifo nosso).

Brenda, no relato acima, compara a transexual às pessoas “normais”. Ela afirma não ter um trabalho normal, cuja informalidade impede de levar uma vida normal, em suas palavras, de ser normal. Para além disso, afirma não ser nada, nem ninguém, nem ter vida ativa durante o dia. A exclusão direcionada a esse grupo gera invisibilidade, marginalização e cerceia sua liberdade, minando perspectivas pessoais e profissionais. Não há liberdade de trânsito em diversos territórios. Ao contrário do que se reproduz no imaginário social, as travestis e transexuais, ainda que tentem reivindicar direitos, mais do que encontrar dificuldades, muitas vezes não têm oportunizado, ao menos, o direito de fazer escolhas básicas. O extrato a seguir ilustra essa consideração:

Lívia: Eu não sei... Eu quero fazer faculdade de moda. Porque eu desenho. Então assim... Quando eu ia fazer, na minha cidade não tinha curso de faculdade de moda. Tinha na faculdade do lado, que é Uberlândia. Só que assim, como eu vou trabalhar e ainda pagar faculdade tipo sozinha? Não tinha como [...] Eu falei assim “ah, vou deixar a faculdade e essas coisas pra depois, né? E outra, eu trabalhando com o que eu trabalho, eu posso juntar um dinheiro e depois pagar uma faculdade mais tranquila, né? Porque se eu trabalhasse assalariado assim, né? Tipo, sendo um gay trabalhando assalariado, eu num consigo pagar uma faculdade e pra morar, então é complicado... Então eu vim pra cá. Tô aqui até hoje. Mas assim, eu gosto daqui, sabe? (GERMAN et al., 2018, p. 52, grifo nosso).

⁴ Na obra em estudo, a palavra transsexual é grafada com um e dois ‘s’. De acordo com as regras ortográficas, é incorreto grafar a consoante dobrada, senão em posição intervocálica; dessa maneira; o ‘s’ do prefixo trans- deve ser subtraído ao seguir termos iniciados por ‘s’. Quando grafada erroneamente, indicaremos com (sic).

Monique Prada ressalta ainda que, ao passo que “as mulheres cisgêneras podem exercer o trabalho sexual em casas e boates, o espaço reservado às travestis é quase sempre o da prostituição precária, nas ruas, o que possivelmente contribui para aumentar o risco de agressões e a insegurança” (PRADA, 2018, p. 60). Diante disso, a autora denuncia a precariedade do ambiente de trabalho, frequentado por grande parte das travestis e transexuais. Além dos perigos que tais locais de prostituição oferecem, o contato com drogas e álcool é inevitável e, em muitos casos, um meio de fuga ante tantas experiências conflitivas.

Brenda: eu falo pra vocês de coração, vocês cativaram muito as meninas, que se sintam privilegiados. Porque pra elas estarem aqui agora, num domingo, onde todas se prostituíram até quase nove horas da manhã, estarem aqui sentadas, conversando com vocês, é porque elas gostaram realmente de vocês. Isso pra elas não é fácil. Não é porque a gente quer... é porque não tem vida! O corpo não aguenta ficar em pé. Por que que muitas outras transexuais entram no mundo das drogas, ou no mundo do álcool? Porque só algum estimulante para permitir a elas ficar virada. Só algum estimulante mesmo pra conseguir algum combustível de um carro. Então por isso que muitas vezes nunca mais sai, porque você tem que comer, tem que beber, tem que dormir todos os dias – você não tem empresa, não vai arrumar emprego, tem que ter alguma coisa na sua vida. Você vai prostituir porque enquanto tiver homem querendo te pagar pra ter sexo com você, você vai viver na vida (sic) (GERMAN et al., 2018, p. 48, grifo nosso).

Nesse relato, Brenda conversa com os responsáveis pelo projeto Translado. Inicia sua fala dizendo que eles conquistaram o apreço das trans e travestis, concluindo que, por esse motivo, apesar de atravessarem a noite até às nove horas da manhã trabalhando, estavam ali conversando com eles. Em seguida, ela explica que, muitas vezes, o uso de drogas ou álcool tem início pelo intuito de se buscar um auxílio no processo de manterem-se acordadas e ativas durante a jornada na prostituição. E, posteriormente, perpetua-se devido às condições precárias e excludentes de vida.

Por fim, destacamos o trecho no qual Brenda assevera que enquanto homens buscarem sexo pago, vai haver prostituição. É interessante dissertar sobre essa questão, afinal quando se fala em meretrício, há uma grande culpabilização das garotas de programa, julgamentos, discussões, contudo, pouco se fala sobre o papel do cliente e sua grande importância na manutenção dessa atividade. Assim como em Translado, outras obras que abordam a temática da prostituição do ponto de vista daquelas que se prostituem, refletem sobre esse mesmo ponto.

Em O Manuscrito de Sônia, narrativa autobiográfica da escritora brasileira Mariana Brasil, nos deparamos com os seguintes fragmentos: “Por isso, acho que a prostituição nunca vai acabar. Enquanto existirem mulheres dispostas a trabalhar, eles virão até nós” (BRASIL, 2005, p. 112-113); “Dizem que essa vida é fácil, mas não é verdade. Talvez seja o caminho mais curto para quem não tem como conseguir alguma coisa. [...] Os homens, em qualquer circunstância, continuam a fazer sexo pago, e é por isso que cada dia mais garotas ingressam nessa vida” (BRASIL, 2005, p. 34). Prada (2018, p. 44) comenta sobre a tolerância social que circunda o fato de os homens pagarem por sexo, alegando que nenhum é seriamente repreendido por isso, ao contrário, tal questão é vista com bastante naturalidade.

Logo na apresentação de *O prazer é todo nosso* (2014) obra autobiográfica, Lola Benvenuti – escritora e mestre em educação sexual pela Unesp, como se autodefine –, para além dessas questões, realça outro fator que indaga como um possível responsável na manutenção da prostituição: “[...] diante da impossibilidade de vivenciar abertamente sua sexualidade, confusas em relação a seus desejos e anseios, pessoas se voltam para ela, sabendo que ali, com uma desconhecida, poderão ser quem são, sem julgamentos, e que terão sua individualidade respeitada” (BENVENUTTI, 2014, p. 11). Amara Moira – já citada no presente estudo –, em seu livro autógrafo, *E se eu fosse puta* (2016), traz uma reflexão que dialoga com o que pondera Benvenuti: “decorrência direta dos padrões normativos de beleza e macheza é algumas pessoas só terem acesso à experiência do sexo por meio das putas. Até que ponto a prostituição não existe também em função disso?” (MOIRA, 2016, p. 131).

Enfim, contemporaneamente, as trabalhadoras do sexo têm atingido espaços aos quais por muito tempo foram relegadas. Através de movimentos sociais, do avanço tecnológico e, ainda, da literatura, como se pôde perceber, algumas delas encontraram meios de se fazerem ver, ouvir e, além, de reivindicarem melhores condições de trabalho e visibilidade social, uma vez que, como afirma Prada, a erradicação da prostituição não passa de utopia distópica, visão que as assertivas supracitadas, de certa forma, corroboram. A putativista comenta sobre o estranhamento causado quando as prostitutas, através desses canais de exposição, ousam falar sobre si, contrariando o que se pensa sobre elas, enquanto imaginário perpetuado; mais que isso, atrevem-se a dizer os não ditos, expor-se sem tarjas emergindo dos becos sociais aos quais foram confinadas: “Que putas são essas? Eu não sei que putas são essas, que putas temos sido nós, que ousamos tanto. Mas uma coisa eu sei: essas não são as putas que a sociedade quer ouvir. Ou ler, no caso. São putas que não combinam com que o imaginário popular criou [...]” (PRADA, 2018, p. 35).

Segundo Prada, o território que a sociedade reservou às trabalhadoras sexuais, do qual não quer que elas saiam, vendo-o como único espaço possível para tais mulheres é “o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência” (PRADA, 2018, p. 35). No caso das autoras de *Translado* – com o suporte dos organizadores do projeto – os relatos, a priori, desconstroem a imagem criada socialmente de trans e travestis prostitutas, na medida em que rebatem as forças conservadoras que avançam e ameaçam diversos grupos da sociedade brasileira, quando se dispõem a ocupar espaços outros, que há muito lhes foram negados, desta forma ampliando suas vozes e encurtando distâncias através dessa produção coletiva.

Considerações finais

À guisa de concluirmos, o que se pôde confirmar perante a análise empreendida com base nos eixos trabalhados no projeto *Translado* – identidade, memória e território – foi a importância da linguagem, seja ela fotográfica, literária, oral, nas relações sociais e na (re)formulação premente de, mais do que um imaginário, das possibilidades dispensadas a cidadãos marginalizados socialmente.

Parece claro que os preconceitos arraigados na sociedade minam o direito de escolha de trans e travestis, e, nesse sentido, o artigo aqui apresentado buscou problematizar tais questões de gênero, discurso e resistência que transcorrem as trajetórias desses sujeitos dissidentes. Para tanto, intentou-se realçar aspectos importantes da

interpelação do indivíduo em sujeito do discurso, num processo histórico complexo e contraditório.

Referências

BENVENUTTI, L. **O prazer é todo nosso**. Araraquara: MosArte, 2014.

BRASIL, M. **O manuscrito de Sônia** - Prostituição, erotismo e amor. 2. ed. São Paulo: Itália Nova, 2005.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**. Crítica da violência ética. Tradução Rogério Bettoni. Posfácio Vladimir Safatle. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

GENETTE, G. **Paratextos editoriais**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.

GERMAN, T.; SCLiar, A. MACEDO, B.; PARANHOS, C.; PIRES, J. H.e (orgs.). **Translado**: narrativas trans da Av. Pedro II. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2018.

GERMAN, T. **Translado**: narrativas trans da Av. Pedro II. Disponível em: <https://www.awesomefoundation.org/pt/projects/102339-translado-narrativas-trans-da-av-pedro-ii>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GOFFMAN, E. Estigma e identidade social. In: GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, A. **Translado**: projeto resgata identidade e garante visibilidade às mulheres trans de BH. Brasil de Fato: Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/translado-projeto-resgata-identidade-e-garante-visibilidade-as-mulheres-trans-de-bh/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MOIRA, A. **E se eu fosse puta**. São Paulo: Hoo, 2016.

MOIRA, A. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 25, n. 1, p. 365-373, jan-abr, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/48521/33682>. Acesso em: 26 out. 2020.

PRADA, M. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018.